

Para uma história do turismo do Algarve

Patrícia Batista (*)

O grau de desenvolvimento de um território pode medir-se pelo tipo de apropriação que dele se faz.

Os processos de ocupação do espaço revelam a relação entre o meio ambiente e as populações, o modo como estas se distribuem, e dão forma aos seus hábitos e costumes, à cultura e à economia e são fundamentais para perceber o nível de adaptação das comunidades ao território, a sua capacidade organizacional, tendo em conta que a uma paisagem natural também corresponde, inevitavelmente, uma paisagem humana, económica, cultural.

Nesse sentido, a preocupação com a definição dos modelos mais adequados de desenvolvimento para cada território deve ser uma exigência constante por parte de quem nele habita, devendo estes ser revistos sempre que necessário. É fundamental uma reflexão persistente e continuada sobre que caminhos seguir, que orientações, que padrões de apropriação.

Para o Algarve, esse trabalho de estudo já se vem a fazer desde há muito tempo, por diferentes instituições, pessoas e disciplinas, com fracos resultados práticos. Não precisamos de ser especialistas – basta percorrermos o território – para percebermos que, em termos de ocupação e gestão do espaço, muitos erros têm vindo ultimamente a ser cometidos, por incúria ou incapacidade de administração, especialmente no que aos últimos cinquenta anos concerne. Por aqui, a utilização do solo sempre esteve adaptada às necessidades básicas das populações.

Até meados do século XX, no litoral, as citriculturas e horticulturas complementavam as actividades pesqueiras; no barrocal, era clara a riqueza das quintas, das hortas, do sequeiro e das várias indústrias associadas e, nos montes da serra, as pequenas parcelas lavradas, em terrenos frequentemente roubados às ribeiras, ali permitiam, bem ou mal, fixar as escassas populações. Uma realidade integrada numa escala local, regional, perfeitamente sustentável. Contudo, a partir dos anos sessenta e setenta, o progressivo abandono dos campos e da agricultura tradicional, um turismo de massas crescente e a decorrente betonização do litoral, a multiplicação de equipamentos a partir de modelos que nada tinham a ver com a realidade do território, foram consentidos por todos, com base numa evolução que se dizia imprescindível.

Passados cinquenta anos e já com uma grande e importante porção de território adulterada, assiste-se novamente, um pouco por todo o lado, a uma multiplicação de grandes complexos de estufas – agora, já em alumínio – associados a novas práticas agrícolas de tipo intensivo, altamente intrusivas na paisagem, decorrentes também, é certo, das alterações nas formas de consumo das populações, mas pondo em risco aquilo que desde sempre foi a realidade mais nobre do território: a riqueza da sua paisagem natural, o seu maior activo, até em termos turísticos. É bom que se pense nisto a sério antes de nos lançarmos de cabeça numa nova cantiga de progresso, completamente desligada das necessidades mais próximas (e mais salutares) das comunidades, e onde os riscos se começam já a evidenciar: uma paisagem altamente artificializada, com benefícios apenas para uns quantos e com todos os prejuízos que daí advêm outra vez para a realidade da região.

(*) Historiadora. Sócia da AGEAL